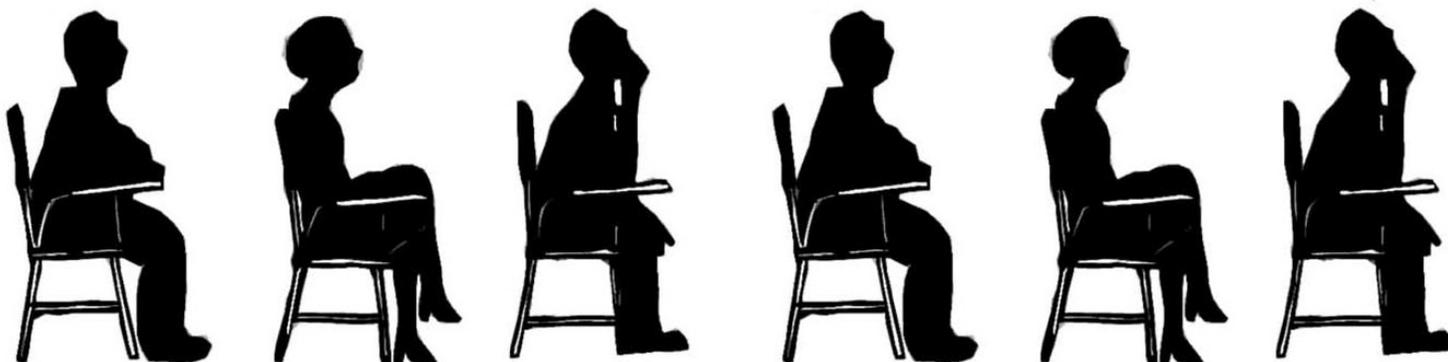


O ensino de Economia em questão

Esta edição do *JE* discute o ensino superior de Ciências Econômicas e a educação em geral através de entrevista com o presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange) Lineu Maffezoli e artigos do ex-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) Roberto Leher e de Paulo César Azevedo Ribeiro e Magna Corrêa de Lima Duarte, diretores do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região.



Dia Internacional da Mulher: artigo de Graciela Rodriguez e estudo do FPO-RJ sobre a parcela dos orçamentos destinada diretamente às mulheres.

editorial

Luta das Mulheres e Crise da Educação

■ No mês de março, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. No dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada em Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

É por essa razão que chamamos aos nossos leitores para o importante artigo de Graciela Rodriguez, contextualizando o que significou, e significa, as consequências do ajuste liberal na economia brasileira de hoje, em particular para o mundo feminino. Se os conflitos mudaram de contexto, a discriminação de gênero no mundo do trabalho continua em curso. Além disso, a página do Fórum Popular do Orçamento também dedica o seu espaço para a questão da mulher, na justa homenagem que neste número do *JE* prestamos à luta das mulheres.

O outro assunto que destacamos se refere à crise na Educação e ao ensino da Economia em nossas escolas de graduação.

Artigos do professor Roberto Leher, ex-presidente do Andes; dos professores Paulo César Azevedo Ribeiro e Magna Corrêa de Lima Duarte, diretores do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região; bem como a entrevista com o professor Lineu Maffezoli, presidente da Ange, nos dão um rico painel da grave situação que atravessamos, em todos os segmentos da Educação e nas esferas pública e privada de ensino. 

SUMÁRIO

3 Roberto Leher
Educação pública: mudanças que mantêm o apartheid educacional

5 Magna Corrêa de Lima Duarte
Paulo Cesar Azevedo Ribeiro
Panorama da Educação Superior Privada no Rio de Janeiro



7

Entrevista - Prof. Lineu Maffezoli
"É absolutamente inimaginável cursos de excelência com as condições sofríveis que a maioria dos economistas, atuando como docentes, encontram nas Instituições de Educação Superior"

11 Rodrigo Mendes Gandra
Crise mundial e seus efeitos: a decisão de investimento e a previsibilidade dos modelos econômicos

13 Graciela Rodriguez
8 de Março: Temos o que festejar?

14 Fórum Popular do Orçamento
Orçamentos sensíveis a mulheres

16 Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico
Secretaria de Cursos
Encontro dos Coordenadores dos Cursos de Economia
Balanco Patrimonial

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ
Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Educação pública: mudanças que mantêm o apartheid educacional

■ Roberto Leher*

Em pleno século XXI a escolaridade média da população brasileira é de seis anos, índice muito abaixo dos países com perfil econômico semelhante. Em contraste, a indústria de leis, planos, metas, programas e compromissos é um êxito extraordinário. Os produtos dessa linha de produção são despejados periodicamente no mercado político por meio de poderosas campanhas publicitárias que em nada ficam a dever as das grandes marcas. Não surpreenderia que um desses programas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) ou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), vencesse a enquete *top of mind* na categoria de *marca* mais lembrada.

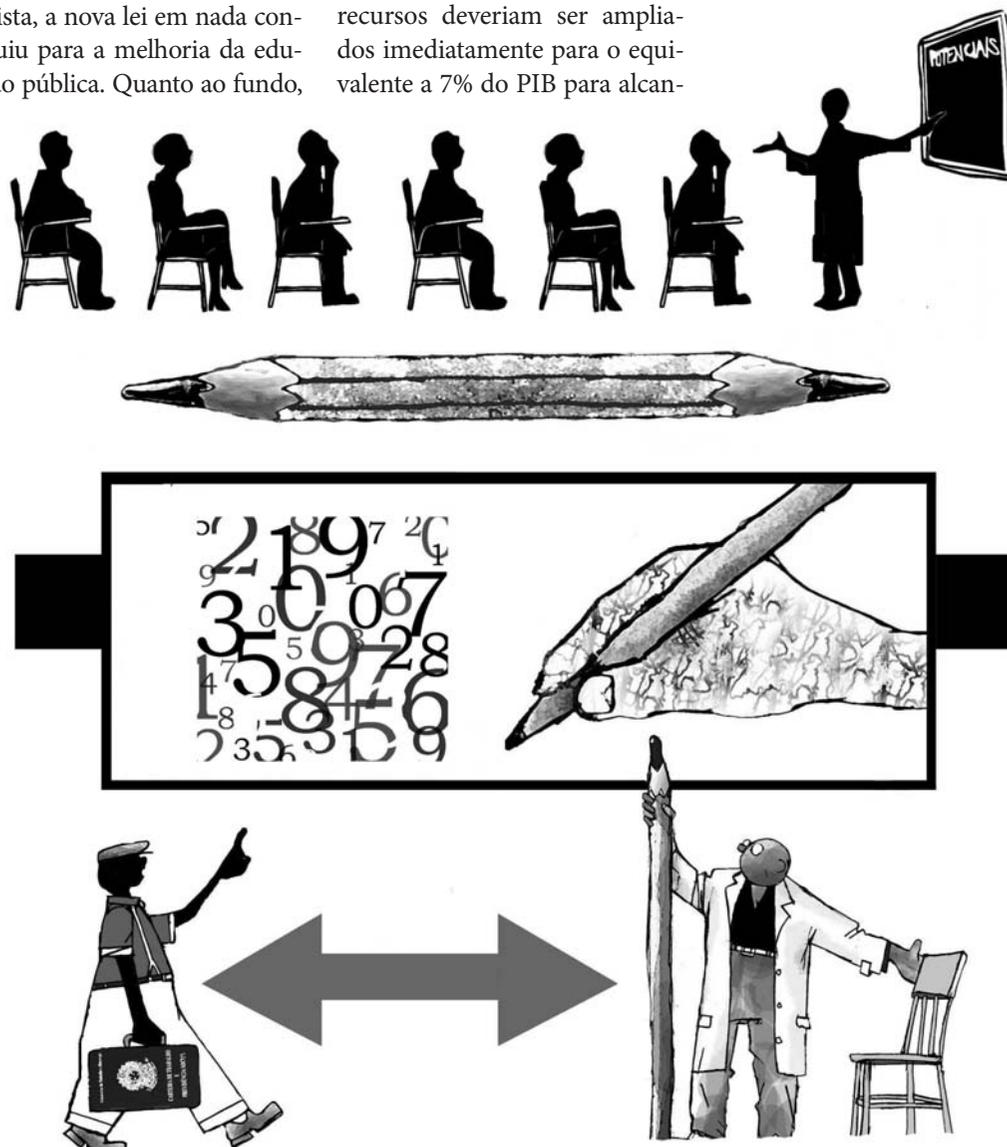
Planos e leis são elaborados e descartados com velocidade vertiginosa. No governo Itamar Franco foi lançado o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), a versão nacional da Conferência de Jontiem (Unesco, Banco Mundial), realizada em 1990. O plano prometia a universalização da educação fundamental, o fim do analfabetismo, um piso salarial para 30 horas semanais equivalente a R\$ 1.575,00, entre outras medidas alvissareiras. Antes mesmo de avaliar o acerto ou o erro do plano, o governo Cardoso resolveu descartá-lo em favor de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valo-

rização do Magistério (Fundef), instituído pela Emenda Constitucional n.º14 (1996) e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96. É importante salientar que a LDB era uma reivindicação dos educadores comprometidos com a educação pública e que, por isso, elaboraram um projeto de lei que foi derrotado e silenciado pela maioria parlamentar de Cardoso. Cardoso se satisfaz com os itens pró-liberalização nela contida e, por sua natureza flexível e minimalista, a nova lei em nada contribuiu para a melhoria da educação pública. Quanto ao fundo,

o valor do *per capita* ficou muito abaixo dos valores determinados pela lei, deprimindo o padrão de financiamento, o que, na prática, desobrigou a União de complementar as verbas educacionais.

Surpreendido pelas iniciativas dos educadores comprometidos com a educação pública – que realizaram dois grandes Congressos para discutir um Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira (plano que sustentava que os recursos deveriam ser ampliados imediatamente para o equivalente a 7% do PIB para alcan-

çar, ao final de dez anos, 10% do PIB) – Cardoso foi forçado a elaborar as pressas o seu próprio plano que não previa novos recursos para a educação. O parlamento, devido a pressão dos educadores, aprovou o plano de Cardoso, mas manteve a meta de 7% do PIB para a educação pública. Ao promulgar a lei (Lei 10.172/01) Cardoso vetou o seu dispositivo mais importante: os 7% do PIB, vetado em prol do superávit primário acordado



com o FMI. A vigência do plano seria até 2011, mas, desprovido de recursos, o plano permaneceu letra morta até o final do seu mandato. Em sua campanha presidencial em 2002, Lula da Silva se comprometeu a derrubar os vetos, mas, um ano depois, instado a se posicionar sobre os vetos do PNE, Lula da Silva repetiu o mesmo argumento de Cardoso para manter os vetos: o superávit primário.

Em seu primeiro mandato, a política educacional do governo Lula da Silva foi caracterizada inicialmente por medidas pontuais que, no fundamental, reproduziram as diretrizes de Cardoso. A sua principal inovação foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb, Lei 11.494/07) com vigência até 2020. Como o Fórum Nacional em Defesa da Escola pública foi desfeito por decisão das entidades sindicais aliadas ao governo, Lula da Silva pôde criar um fundo em que o custo-aluno é ainda menor do que o do magro *per capita* do Fundef: o Fundeb atende a 56% a mais de estudantes ao incluir a educação infantil e o ensino médio, mas os recursos somente cresceram 36%. Assim, a complementação da União é reduzidíssima, alcançando 4,5 bilhões em 2009, valor equivalente a não correção do Fundef em 2007.

Embora formalmente em vigor, o PNE foi suplantado de vez pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, plano que sequer passou pelo parlamento. No lugar da discussão com os educadores e com o parlamento, o governo optou por uma novidade radical: a assimilação como sua da agenda para a educação das grandes corporações e bancos. Conforme o MEC, foi a agenda “Compromisso Todos pela Educação” que deu o impulso a es-

sa ampla mobilização social (o PDE). A mobilização social a que o MEC se refere é a dos senhores do capital, como Bradesco, Itaú, Santander, Gerdaul e a de Fundações como Ayrton Senna, Roberto Marinho, Victor Civita entre outras. O plano é composto por aproximadamente 45 ações, algumas já em curso anteriormente. O diagnóstico da crise educacional é basicamente o neoliberal: a má gestão do sistema e das escolas e a falta de controle sobre o trabalho docente, ensejando novas ferramentas de avaliação, como a provinha Brasil para crianças a partir de seis



anos, e novas políticas de formação docente, sobretudo por meio de educação à distância, para que o professor desempenhe a contento as *tarefas* docentes. Não se trata de formar professores como intelectuais e organizadores da cultura, mas como *tarefeiros* de uma agenda escrita pelos donos do dinheiro.

O que todas essas medidas que se limitam a empurrar para o futuro as tarefas que não são cumpridas no presente têm em comum? Por que todas elas fracassaram e irão fracassar? O principal problema dessas medidas é que elas partem do diagnóstico neoliberal equivocado de que o problema da escola é de gestão e de controle sobre a docência. Todos esses planos, leis, decre-

tos, portarias, ações etc. fracassaram porque mantiveram intocado o pequeno montante global de verbas para a educação pública no Brasil. O país possui quase 50 milhões de estudantes da educação básica e superior públicas, mas o total dos gastos ainda está estagnado em inadmissíveis 3,5% do PIB, metade do que recomenda a Unesco já convertida ao credo neoliberal!

Embora entre 1998 e 2005 os recursos aplicados na educação básica tenham aumentado de R\$ 54 bilhões para R\$ 66 bilhões, o novo valor não acompanhou o crescimento do PIB e resultou quase que exclusivamente do esforço dos municípios e estados. A União virou as costas para a sua função supletiva em matéria educacional. Embora a Constituição tenha atribuído aos estados e municípios o dever de assegurar a educação básica, a União tem uma responsabilidade inequívoca com a educação básica, visto que é altamente beneficiada na divisão do bolo tributário. Em valores constantes, entre 1995 e 2005 os gastos da União com a educação básica caíram de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 3,0 bilhões, passando de 8,1% para modestos 4,5%. A bonança financeira existe somente nas peças publicitárias.

O país somente terá uma educação pública de fato universal, capaz de assegurar sólida formação científica, tecnológica, cultural e artística a todos os que possuem um rosto humano, quando as lutas sociais conseguirem alterar o atual padrão de financiamento da educação pública para 8% do PIB. Com mais do dobro dos recursos, poderemos iniciar, de fato, a construção de um verdadeiro sistema nacional de educação pública, capaz de assegurar um padrão

unitário de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, em todo território nacional.

Com recursos compatíveis, os principais nós górdios poderão ser desatados, como a valorização do trabalho docente e dos funcionários de apoio. É desconcertante constatar que o piso salarial previsto no PDE possui um valor que é a metade do previsto no finado Plano Decenal, que previa um valor já insuficiente; que os governos estaduais criam subterfúgios para protelar sua vigência; e que o próprio governo Federal descaracterizou o piso ao não prever a redução efetiva da carga de aula, ao manter o piso para o regime de 40 horas por permitir a inclusão dos penduricalhos no valor a ser alcançado (equivalente a dois salários-mínimos). Outros nós, como a necessidade de carreira que valorize a qualificação e a experiência do docente e o regime de dedicação exclusiva, a ampliação da jornada escolar, assegurando que todas as escolas devem proporcionar pelo menos seis horas de trabalho pedagógico efetivo, e a redução do número de estudantes por turma (15 estudantes, no caso da educação infantil, podendo chegar a 30 no ensino médio) são medidas práticas que requerem recursos e comprovadamente alteram as condições de escolarização das crianças e jovens. A transformação profunda da educação não passa pelo *management*, mas pela criação de bases materiais objetivas que permitam a superação dos profundos dilemas que transtornam a educação pública e que, se não forem alterados, seguirão instituindo o *apartheid* educacional classista e racista. ☞

* Professor da Faculdade de Educação e do programa de pós-graduação em educação da UFRJ, pesquisador do CNPq e coordenador do Observatório Social da América Latina-Brasil/ CLACSO.

Panorama da Educação Superior Privada no Rio de Janeiro

■ Magna Corrêa de Lima Duarte*

■ Paulo Cesar Azevedo Ribeiro*

O reconhecimento da Educação Superior como área atrativa de investimentos transformou o setor em palco de realização de grandes oportunidades de negócios, de “big business”, destacando-se o Ensino Superior como uma das áreas de maior expansão do setor de serviços na economia brasileira na última década. Os interesses do mercado financeiro, especialmente dos fundos múltiplos de investimentos, vêm se sobrepondo ao compromisso das IES (Instituições de Educação Superior) privadas com o desenvolvimento de um projeto educacional de qualidade e coerente com o relevante papel da Educação Superior.

A estrutura acadêmica e administrativa das universidades, centros universitários e faculdades privadas passaram a ser gerenciadas pela perspectiva suprema da lógica do lucro e por uma radical mudança na concepção do papel das IES e de suas funções precípuas: a produção do conhecimento, o desenvolvimento de um projeto político-pedagógico soberano de nação e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Mais grave, a Educação Superior, constitucionalmente reconhecida como um direito social fundamental, um bem público regulado pelo Estado, é tratada como uma mercadoria qualquer, submetida à estrita lógica do mercado e seus investidores.



A demanda pelo Ensino Superior cresce em todo o país e as universidades públicas só conseguem atender cerca de 20% dos novos estudantes universitários, enquanto se expandem as faculdades, centros universitários e universidades privadas, multiplicando suas instalações pelas principais cidades do país. No setor educacional privado, que já é o sexto setor da economia nacional, observa-se uma transformação muito acelerada nos últimos quinze anos: expansão das IES privadas, com uma tendência consolidada de atuação de grandes grupos e redes de ensino (conglomerados), que nos três últimos anos vêm realizando abertura de seus capitais atra-

vés da Oferta Pública de Ações (OPA), redefinindo sua personalidade jurídica, e algumas inclusive renunciando à sua natureza de entidades filantrópicas.

Nessa conjuntura observa-se o processo de formação de conglomerados educacionais do porte da Estácio Participações S.A., Grupo Anhanguera-Morumbi e a Rede Króton Educacional, com ramificações por vários estados da federação. Esses grupos protagonizaram transformações significativas no quadro de fusões e aquisições no país. Dados estatísticos apontados por várias consultorias econômicas revelam que a Educação já é o terceiro setor em que mais ocorreram transações desse tipo no

ano de 2008. Esse setor só perde para as áreas de tecnologia de informação e as de alimentos/bebidas/cigarros. Realizaram-se 30 aquisições no primeiro semestre de 2008, em contraste com as 19 realizadas no ano de 2007. Esses números são reveladores do movimento de efetiva consolidação do Ensino Superior Privado que teve crescimento de mais de 100% desde o fim dos anos 1990. As IES pequenas e lucrativas serão compradas pelas maiores, as deficitárias serão fechadas, e os grandes conglomerados formarão um forte oligopólio. Esse quadro lamentável requer o urgente controle da sociedade e a regulação do Estado.

A atuação dessas redes de ensino evidencia os sinais preliminares de concentração oligopolística do setor através da realização de um amplo movimento de fusões e aquisições das IES, preferencialmente as que enfrentam dificuldades financeiras (faculdades isoladas, centros universitários e universidades). No cenário atual, a Universidade Estácio de Sá, controlada através da Estácio Participações S.A., destaca-se como a maior rede privada de ensino superior do país com mais de 205 mil alunos nos cursos de graduação, com ramificações em 16 estados e 77 campi espalhados nacionalmente.

Preparando-se para incorporar outras IES ou para serem incorporadas por esses conglomerados, as universidades, ao invés de cumprirem as obrigações legais contidas na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, de 1996), passam nos últimos anos por reestruturações que visam basicamente o esvaziamento da estrutura curricular dos diferentes cursos, a diminuição de seus quadros acadêmicos com demissão de mestres e doutores, com vistas à otimização dos custos e maximização dos lucros. A chamada “gestão estratégica de negócios”, adotada sem atender às exigências constitucionais de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (artigo 207 da Constituição Federal de 1988), implantou um modelo de “peda-



gogia bancária” com graves implicações de ordem acadêmica e trabalhista, que contribuem negativamente para a deterioração da qualidade de ensino e o comprometimento da formação profissional de futuros engenheiros, economistas, professores, médicos, advogados, arquitetos, administradores, odontólogos, veterinários etc.

Com o falso pretexto de buscar a modernização e adaptação às exigências da economia globalizada, e se fortalecer para enfrentar as dificuldades provocadas pela inadimplência dos alunos e o cumprimento de exi-

gências legais, as IES privadas se valem de instrumentos da Educação à Distância (EAD: disciplinas on line, aulas teletransmitidas etc) e realizam flexibilização curricular para supostamente melhorar a empregabilidade dos estudantes. Há na realidade um grande enxugamento do quadro acadêmico, com eliminação de coordenações e horas aulas e com implantação de gerências executivas sem qualificação acadêmica adequada.

O movimento de reforma acadêmica, de cunho empresarial, se completa com a adoção de procedimentos pedagógicos como a modularização (extinção de pré-requisitos), a otimização das disciplinas (oferecimento de disciplinas comuns para alunos de diferentes cursos, sem atender às suas especificidades).

Além disso, há uma prática perversa de eliminar custos com a demissão de docentes qualificados e com muita experiência, que numa visão meramente contábil oneram as folhas de pagamento porque recebem adicionais por sua titulação e anos de experiência.

O processo de mercantilização da Educação Superior instaurado pelas IES privadas é também fruto de uma concepção deformada da EAD, modalidade não presencial de educação, banalizada por elas como mecanismo de otimização de custos e deterioração da qualidade de ensino. Inexiste nas IES privadas, o desenvolvimento de um modelo pedagógico adequado às especificidades da EAD, destinado à eficiente capacitação dos professores das disciplinas on line e telepresenciais, capazes de manter mobilizada uma comunidade virtual de alunos em torno dos conteúdos ministrados. Na economia de escala por



EAD, observa-se a ausência de padrões referenciais mínimos de qualidade exigíveis a esta modalidade de ensino: regulamentação da função de professor-tutor e ausência de uma proporção razoável do número de alunos que garanta boas possibilidades de acompanhamento e comunicação pelo professor-tutor.

Nesse contexto histórico, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio) enfrenta o desafio de ter na sua área de abrangência territorial a sede do maior conglomerado educacional do país: a Estácio Participações S. A. Desde 2007, época da realização da abertura de capital através do lançamento e negociação de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), esta universidade vem capitaneando um modelo preocupante de gestão universitária bastante prejudicial aos interesses da comunidade acadêmica: professores e alunos, totalmente alijados do processo decisório, em face da inexistência e adequado funcionamento democrático dos Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa.

Agindo em várias frentes, o Sinpro-Rio vem buscando parcerias para enfrentar

essas transformações na Educação Superior das IES privadas. Apresentou denúncia ao Ministério Público do Trabalho contra a Estácio de Sá, encaminhou ao Ministério da Educação, através da Representação Regional do MEC, dossiê sobre as irregularidades dessa universidade, entregou através da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) um Mapeamento das Irregularidades das IES privadas do Rio, e vem realizando desde outubro de 2008 reuniões periódicas do Fórum Permanente da Educação Superior Privada, com o objetivo de contribuir para o aprofundamento dos debates sobre a qualidade do ensino e a formação profissional e para a cidadania, assim como buscando formular estratégias comuns de ação com as variadas entidades da sociedade civil organizada.

O Fórum Permanente da Educação Superior Privada no Rio de Janeiro tem uma ampla agenda de discussões fundadas em algumas questões centrais: a Reforma da Educação Superior, o papel regulador do Estado, a gestão democrática da Educação Superior, a efetividade da LDB, a mercantilização do ensino, a desnacionalização da educação, a atuação dos conglomerados educacionais e das consultorias pedagógicas, a qualidade da formação acadêmica e profissional, as condições de trabalho dos docentes, o financiamento do crédito estudantil etc. 

* Magna Corrêa de Lima Duarte é mestre em Direito Público (UERJ), professora universitária, coordenadora da Comissão de Educação Superior e diretora do Sinpro-Rio.

* Paulo Cesar Azevedo Ribeiro é mestre em História (UFF), professor universitário, doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRRJ) e diretor do Sinpro-Rio

“É absolutamente inimaginável cursos de excelência com as condições sofríveis que a maioria dos economistas, atuando como docentes, encontram nas Instituições de Educação Superior”

O Prof. Lineu Maffezoli é dos fundadores da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), entidade que atualmente preside. Como avaliador “in loco” do Ministério da Educação dos cursos de Ciências Econômicas, ele conhece como poucos a realidade do ensino de Economia no país.

P: Como presidente da Ange, como você vê a qualidade do ensino de Economia no país?

R: Vejo o ensino de Economia com o mesmo grau de preocupação das demais áreas do conhecimento, dado que a qualidade da educação superior, em nosso país, vem sofrendo uma insistente deterioração, aliás como os demais níveis prévios de ensino, fundamental e básico, em particular, na esfera pública.

P: Você acredita que as instituições de ensino, públicas e privadas, oferecem cursos de graduação que realmente preparam o futuro economista para o mercado de trabalho?

R: Nós, da Ange, de longa data, defendemos que as instituições de ensino superior, em particular, as universidades, devem formar cidadãos para a vida, ou seja, muito mais que a mera formação para o mercado de trabalho. Isto implica conceber a educação (note, que não me refiro ao ensino) como um elemento fundamental na transformação do indivíduo e da sociedade onde vive.

No caso particular da formação do economista, temos observado que as instituições, públicas e privadas, que desen-

volvem, com qualidade, o ensino da Ciência Econômica, com base nos princípios básicos norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução 04/2007, CNE/MEC) para os Cursos de Ciências Econômicas, tem conseguido preparar profissionais para enfrentar os desafios da realidade econômica capitalista, aqui em nosso país. E, ainda, em muitos casos, despertá-los para a constante necessidade de seu aprimoramento profissional, em cursos de pós-graduação, em seus vários níveis.

P: Em geral, as instituições de ensino públicas e as privadas estão no mesmo nível? Quais os pontos fortes e fracos de cada grupo?

R: Claro que, na média, as instituições públicas desenvolvem um ensino de melhor qualidade, pois suas condições de funcionamento permitem a busca desse melhor nível de formação. Para tanto, basta considerar desde a qualidade do aluno ingressante, a própria relação candidato/vaga no vestibular, a existência de maior grau e oportunidades de qualificação do seu corpo docente, regime de contratação em tempo de dedicação, a existência do desenvolvimen-



to de pesquisas e projetos de extensão e até as condições infra-estruturais, como bibliotecas, laboratórios, número de alunos por turma, etc. Sem mencionar os níveis salariais, as relações de trabalho (quantidade de horas em sala de aula) e de segurança no emprego, entre outras, que são essenciais na vida do profissional docente.

Vale destacar que no setor particular é necessário fazer uma clara distinção entre as instituições com características confessionais, comunitá-

rias, filantrópicas, daquelas que operam na simples lógica empresarial, lamentavelmente, em grande maioria, pois, neste caso, a preocupação com os resultados operacionais, a lucratividade, impedem a busca de melhor qualidade. Estas instituições guiadas pela lógica empresarial chegam ao absurdo de não contratarem (ou demitirem) docentes que atingem o grau maior de qualificação, de doutor, já que isso significa pagar um valor por hora/aula trabalhada maior. Aliás,

o regime horista de contratação funciona quase como um símbolo da negação da qualidade neste setor, já que, em função do valor da remuneração paga por hora/aula, ou o docente é obrigado a ministrar uma quantidade elevada de aulas (e, por vezes, em diferentes disciplinas) ou sua função de professor não se constitui em sua ocupação principal, funcionando apenas como mero suplemento de sua remuneração mensal, via de regra, no período noturno.

Por outra parte, temos que considerar que regime horista de contratação deixa de lado qualquer possibilidade de desenvolvimento de outras atividades docentes, como a pesquisa e a extensão, sem contar que dificulta uma maior convivência acadêmica com os alunos.

P: As escolas públicas federais melhoraram durante o governo Lula?

R: Se compararmos com períodos anteriores, no governo FHC, quando os docentes praticamente não tiveram reajustes em seus vencimentos, nem concursos públicos para complementação do quadro do magistério (proliferando a funesta figura do professor “temporário e/ou substituto”) e nem mesmo recursos financeiros para manutenção e ampliação da infraestrutura física, creio que neste período mais recente (com o REUNI, por exemplo) tem havido maior quantidade de concursos para a contratação de docentes, manutenção e construção de espaço físico, e mesmo maior investimento de criação de IES no interior do Brasil e em cursos noturnos.

Mas, como afirmei anteriormente, dada a importância fun-

damental da educação na vida das pessoas e da nossa nação, o governo Lula ainda tem muito que fazer para que o Brasil atinja patamares mínimos de quantidade, e de qualidade, na educação superior, bem como nos níveis anteriores.

P: O ensino privado progrediu com a introdução de mecanismos de avaliação mais rígidos?

R: Acredito que para as instituições privadas com foco na qualidade de seus cursos de graduação, nada veio a acrescentar, a não ser a maior visibilidade desta sua qualidade, através da divulgação dos resultados comparativos do seu desempenho. As demais têm se preocupado muito mais com os aspectos mercadológicos dos resultados dessas avaliações e muito pouco tem aproveitado desses mecanismos de avaliação para orientar suas atuações como instituições de ensino.

P: O Enade cumpre o seu papel como sistema de avaliação? Os resultados são positivos? Como aprimorar o Enade?

R: Creio que o sistema de avaliação instituído (SINAES), onde o ENADE é uma peça importante, tem muito ainda a progredir. A intencionalidade é positiva, dada a importância já mencionada da Educação, ainda mais se não esquecermos do caráter de concessão dos serviços educacionais, por parte do Estado, já que se trata de um serviço essencial ao nosso desenvolvimento, sob sua responsabilidade.

Uma medida interessante para aprimorar o Enade, para além de outras limitações, seria uma maior responsabilização do discente na sua elaboração. Por outro lado, no caso da Ciência Econômica, seria absolutamente essencial que a prova, na sua parte específica, refletis-

se com fidelidade os princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para os nossos cursos de graduação. A Ange, através de decisão em seu Congresso Nacional, já se manifestou neste sentido, aprovando, inclusive, oficializar ao INEP a necessidade de observar essa necessidade, quando da elaboração das futuras avaliações.

P: Qual o papel das avaliações “in loco” dos cursos de graduação?

R: Creio que as avaliações “in loco” têm, antes de mais nada, o papel central de observar o cumprimento, com a devida qualidade acadêmica, dos postulados básicos para a formação do profissional economista, contidos na Diretrizes Curriculares Nacionais, por um lado, e nos Projetos Pedagógicos formulados pelas IES, por outro. Quando isto não ocorre, passam ter a tarefa fundamental de orientar as instituições a suprir suas dificuldades.

Como, pessoalmente, venho já, de longa data, desempenhando esse papel de avaliador dos cursos de Ciências Econômicas, posso assegurar que esta prática de verificação “in loco” pode contribuir, efetivamente, para que a realidade das escolas reflitam, na prática concreta, as premissas e objetivos colocados no papel, quando da solicitação de autorização de funcionamento, credenciamento e/ou credenciamento dessas instituições.

P: O que as novas Diretrizes Curriculares acrescentam à formação do profissional de Economia? Qual o prazo para a implantação das mesmas?

R: As novas Diretrizes Curriculares, em seus princípios fundamentais, seguem o que já se tinha como premissas básicas para

a formação do economista, contidas na Resolução 11/84, que a antecedeu. Na verdade, deve-se ressaltar que houve um ganho de flexibilidade na composição da estrutura curricular, na medida em que 50% da carga horária mínima para a complementação do curso (de um total de 3.000 horas) passa a ser de livre escolha de cada IES, dadas as suas peculiaridades de localização regional, corpo docente, entre outras.

De resto, deve-se continuar observando as seguintes exigências:

P: Como você vê a atual demanda pelo curso de Economia? O que reflete positivamente e/ou negativamente na demanda por esse curso?

R: Creio que a demanda para os Cursos de Ciências Econômicas no Brasil segue uma tendência mundial, não massivo, consolidando-se como uma formação profissional mais complexa, como, alias, é o que se espera na atuação dos economistas. A realidade econômica nacional e internacional mostra a necessidade de se implantar as exigências fundamentais da nossa formação. Ou seja, os cursos deverão ter uma qualidade acadêmica bastante apurada, do ponto de vista do desenvolvimento dos conteúdos históricos, metodológicos, teóricos e instrumentais, não podendo se restringir ao uso de “manuais” simplificadores da Ciência Econômica e um viés marcadamente operacional. Em outras palavras, precisamos mais de formação e menos adestramento do futuro economista, capacitando-o a “pensar como economista”, num processo contínuo de aprendizagem posterior. Desta forma, creio que a demanda por este tipo de formação passa a ser mais qualificada, ou seja, quem escolhe um



curso com essas características está a busca de uma formação qualitativamente superior.

Comumente se afirma que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente na admissão de novos profissionais, ou mesmo na manutenção dos que já se encontram empregados, no sentido de serem mais criativos, responder a novos problemas, inesperados, num cenário em constante mutação.

O que significa “ser criativo” em nossa profissão? Não é “improvisar” respostas aos novos problemas, mas ter capacidade de reflexão sobre a conjuntura econômica capitalista, entender os seus “sinais” práticos de manifestação de suas características próprias de funcionamento, para construir respostas eficientes e, inclusive, antecipando-se a futuros desdobramentos. Portanto, os cursos que demonstrarem capacidade de enfrentar tal desafio de formação profissional não terão problemas quanto à demanda de futuros economistas.

P: Quantas escolas de Economia temos no Brasil? Como você avalia este número? O número de profissionais formados todos os anos é absorvido pelo mercado? O que poderia modificar essa situação?

R: Este ponto já é fundamental para completar o raciocínio an-

terior. Temos, hoje, 277 escolas de economia no Brasil, que seguindo a lógica de expansão do ensino superior em nosso país, evidentemente criou situações do poderíamos chamar de “uma crise de superoferta”. Isto se vê em várias formações profissionais, não só na nossa). Segundo o Censo do Ensino Superior de 2007 (último ano de dados consolidados, recentemente divulgado pelo INEP), os matriculados em Ciências Econômicas eram cerca de 62 mil estudantes, situando-se na 19ª posição (de um total de 77 formações profissionais), logo abaixo de cursos como Medicina, Arquitetura, ou seja, cursos que a meu ver têm características semelhantes de exigência mais complexa na formação profissional, e, portanto, mais seletivos, ou menos massivos.

Assim como em outras carreiras profissionais, nem todos os formandos em Ciências Econômicas encontram colocação no mercado de trabalho, que por vezes sequer usa a denominação “Economista” para caracterização da vaga que está sendo disponibilizada na contratação. Essa é uma situação que prevalece, já de longa data, e, em alguns casos, quando se trata da oferta de emprego no setor público, obrigando, inclusive, a intervenção das entidades de representação da categoria, como o Cofecon, em recentes casos de editais de concurso público no Bacen e no Ipea. **Creio que um “choque de qualidade” nos cursos de economia seria o caminho mais indicado para melhorar a absorção dos profissionais formados por essas IES.**

P: Além de se basear nas diretrizes curriculares para elaborar seu projeto pedagógico, com o que mais as instituições

de ensino devem se preocupar quando formatarem suas grades curriculares, de forma a garantir excelência no ensino?

R: A formatação da grade curricular nada mais é do que um instrumento de execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de uma IES. O PPC é uma espécie de “carta de intenções” da instituição que oferece um curso de Ciências Econômicas. É evidente que não se trata apenas de declarar no papel “meia dúzia” de boas intenções. As verificações “in loco” permitem detectar esses equívocos, observar as condições físicas de funcionamento da IES e, o que é primordial, a qualidade de seu corpo docente, não só do ponto de vista de sua qualificação (graduação e pós-graduação), mas do regime de contratação, remuneração e carga de trabalho, existência de carreira docente, tamanhos das turmas etc., sem o que é muito difícil garantir excelência no ensino.

De outro lado, é necessário observar as estratégias metodológicas de ensino, as iniciativas de recuperação e nivelamento de conhecimentos básicos (via de regra, em matemática e português) e outras atividades complementares, hoje podendo atingir até 20% da carga horária mínima do curso. É necessário dar conta da qualidade da formação dos alunos ingressantes, comumente em exames seletivos com escassa relação vestibulando/vaga, que pouco ou nada selecionam.

Por último, mas não menos importante, as IES devem se preocupar, implantada a parte de formação básica do economista, em focar a formação de seus egressos de acordo com as características e necessidades regionais, tornando socialmente relevante sua participação na sociedade em que se inserem.

P: Como e onde os Conselhos Regionais de Economia e o Conselho Federal podem auxiliar as instituições de ensino no provimento de cursos de economia de excelência? Ou essa questão já é suficientemente trabalhada pelo MEC?

R: Não creio que esta questão seja suficientemente trabalhada pelo MEC. A exemplo de outras carreiras profissionais, como advogados, médicos, pedagogos etc, os organismos de representação da classe dos economistas têm muito a contribuir na busca de melhoria na qualidade da formação de nossos futuros economistas. Já tive a oportunidade de manifestar publicamente minha opinião, por ocasião da realização do “I Encontro de Faculdades de Economia com o Sistema COFECON/CORECONS”, em maio de 2006, sobre a necessidade da atuação juntos às IES, em particular, junto às mantenedoras do ensino privado, quando da contratação de economistas como docentes, para que haja ensino de excelência na formação dos futuros economistas.

É absolutamente inimaginável cursos de excelência com as condições sofríveis que a maioria dos economistas, atuando como docentes, encontram nas IES, especialmente, nas particulares com mero objetivo mercadológico.

Por outro lado, seminários e/ou encontros regionais com coordenadores dos cursos, buscando troca de experiências e capacitação, são iniciativas extremamente positivas.

É bom ressaltar que Ange sempre encontrou amplo apoio junto ao Cofecon, Fenecon e muitos Corecons nas iniciativas relacionadas à busca de qualidade na formação dos economistas, em particular, nos Congressos Nacionais que, anualmente, a Ange promove. ☑

Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

Agências no Rio de Janeiro

| | |
|--|--|
| Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515 | Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515 |
| Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515 | Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534 |

www.banrisul.com.br

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

*Sujeito a análise de crédito.

Crise mundial e seus efeitos: a decisão de investimento e a previsibilidade dos modelos econômicos

■ Rodrigo Mendes Gandra*

“Mais difícil do que interpretar a atual situação financeira é interpretar uma interpretação dos economistas sobre a atual situação financeira”.

Millor (Revista Veja, 17/12/2008)

Investimentos são fundamentais para a manutenção do nível de crescimento econômico das empresas e, agregadamente, do país. Como investimentos são baseados em decisões de longo prazo, sofrem influência do nível de confiança na estabilidade econômica, política e social do país a que se destinam, e da expectativa de rentabilidade do próprio negócio em si. Este *insight* reflete sobre a importância do cenário macroeconômico na decisão de *go/no-go* de investimentos e na fragilidade dos modelos econômicos.

No século XIX, Marx defendia que o objetivo dos detentores do capital era obter “mais-valia” a partir de um montante inicial investido. Este princípio é sintetizado pela famosa função geral da metamorfose da mercadoria (D-M-D’). Entretanto, uma parte deste ganho deveria ser reinvestida no próprio sistema produtivo para se manter no mercado. Segundo Marx (1993: vol. 2, 59): “todo caráter da produção capitalista é determinado pela valorização do valor-capital adiantado, portanto, em primeira instância, pela produção do máximo possível de mais-valia; em segundo lugar, no entanto, pela produção de capital, portanto pela transformação de

mais valia em capital. (...) O aumento constante do capital torna-se condição para a conservação do mesmo”.

Em 1936, Keynes descreveu os fundamentos através dos quais os empresários decidem investir em um ambiente não-ergódico. Como a incerteza é a condição de normalidade do sistema econômico (ampliada em épocas de crise econômica e financeira), ele apresenta um modelo para sintetizar a racionalidade dos empresários quando decidem ou não investir. Para ele, o investimento é uma decisão de composição de portfólio, onde o dinheiro a ser destinado aos bens de capital concorre com aplicações em outros ativos. Ao contrário dos economistas neoclássicos (que viam a questão pela ótica da oferta), os empresários aplicam intuitivamente o conceito de “Eficiência Marginal do Capital” (EMgK), em sua avaliação de investimento, resumida na função: $EMgK = f(\emptyset, i)$, sendo (\emptyset) o nível de incerteza dos empresários e (i) a taxa de juros. Assim, a projeção da rentabilidade do investimento (bem como da demanda pelos produtos), o estado de expectativas de longo prazo (em contraposição ao perfil mais ou menos propenso ao risco de cada agente econômico, “*animal spirit*”) e a taxa de juros pesam na decisão de investir.

Em meados de 2007, os órgãos governamentais comemoravam a conquista do chamado ‘círculo virtuoso’ de desempenho, onde a estabilidade econômica parecia ter chegado. Com a Crise Financeira (oriunda do estouro da bolha no mercado de hipotecas *subprime* norte americano em 2008), o estado de confiança dos agentes foi abalado, estabelecendo o ceticismo quanto aos rumos da economia brasileira. Principalmente sabendo-se que a crise afetará de forma mais incisiva os países com maior dependência na demanda internacional e com viés primário-exportador, onde os preços de *commodities* (aço, petróleo etc.) estão em baixa.

À medida que a escassez de crédito e a redução na demanda mundial vão interrompendo e postergando os projetos de investimentos, a crise, antes financeira, afeta a economia real, tornando-se Crise Econômica. Neste cenário, espera-se a redução de investimentos, empregos, renda e consumo (e a economia entra numa espiral que se retroalimenta). Para manter o imediato nível de demanda agregada e contrabalançar a restrição de créditos, o Governo Federal focou medidas de âmbito: fiscal, monetária, creditícia, e sobre as exportações. Contudo, o setor



privado, que entre 1950 a 2004, respondeu em média por 81% da Formação Bruta de Capital Fixo, necessita de mais para manter o nível de confiança estável. No caso da inflação, o Banco Central do Brasil tem conseguido manter o IPCA dentro de limites aceitáveis. Apesar disto, continuar com uma das taxas de juros mais elevadas do mundo não é uma política eficiente a ser adotada, até porque o aumento de custos dos produtos importados (por conta da desvalorização cambial) poderá ser compensado pela queda de preços das *commodities* no mundo.

No que diz respeito aos fundamentos institucionais de longo prazo, conforme mostra o Banco Mundial, no *Doing Business 2009* (que mede a classificação da facilidade de se fazer negócios entre 181 países), o Brasil ocupa a 125ª posição. Sendo o investimento uma decisão de portfólio, não parece que o Brasil esteja melhorando sua competitividade frente aos demais países. Iniciativas de desburocratização e de estabilidade com redução da carga tributária (atualmente em torno de 35% do PIB) não são seriamente contempladas. A queda dos impostos indiretos também aumenta: a demanda agregada, o estímulo à redução de preços dos produtos importados (“choque de oferta positivo”), a progressividade do sistema tributário do ponto de vista distributivo, e o empreendedorismo do setor privado. Gandra e Garrido (2007: 5) afirmavam: “não há razões pa-



ra supor que este ‘círculo virtuoso’ seja estável e duradouro (...), uma vez que ainda há muito que se corrigir para se alcançar um real desenvolvimento sustentável”.

Como, até agora, não se sabe quantificar os impactos da Crise Financeira (ou Econômica) sobre o Brasil, muitos investidores permanecem estáticos esperando melhor definição do cenário. Ainda há outros que veem na crise uma oportunidade, supondo que a economia retornará aos seus antigos padrões (hipótese de “reversão à média”). Crises também trazem oportunidades, tais como: redução de preço de insumos e bens de capitais, saneando ineficiências, redução de cartéis, e abertura de novos mercados. Para empresas, cujas condições de financiamento são favoráveis ou que conseguiram se capitalizar antes da crise, talvez seja o momento de fazer boas “pechinhas”. Mas a decisão de investir depende da percepção e tolerância de risco de cada agente.

O que se sabe é: as projeções de crescimento econômico brasileiro para 2009 e 2010 já são menores. Quanto? Mui-

to poucos se atrevem palpitar com base em informações desconstruídas. Esperemos pelos “ajustes” nos modelos, que Nakano (2009: 9) chamou de “revisões sistemáticas”, uma vez que a Economia pode ser considerada uma “*Dismal Science*” (*life-enhancing knowledge*).

Para as Ciências Econômicas, crises são sempre muito interessantes do ponto de vista acadêmico (mesmo que não impliquem evoluções científicas), pois: núcleos teóricos sofrem fissões, premissas são reavaliadas, antigos conceitos são revigorados e novas exceções são descobertas; realidade é inesgotável. A colocação de Leibniz de que “a natureza é tão variada e complexa que temos dificuldades em extrair generalizações válidas do que observamos” se encaixa perfeitamente neste contexto. Economistas que não atentam para isto e que muitas vezes são deslumbrados com a “elegância” dos modelos matemáticos agora se sentem desamparados diante da incerteza de não saber sequer o que considerar para “prever” o rumo que o Brasil trilhará. Segundo Bernstein (1997: 171), “a exatidão da maioria das previsões depende de decisões tomadas por pessoas, e não pela Mãe Natureza. Esta, com todos os seus caprichos, é muito mais confiável do que um grupo de seres humanos que tenta decidir algo”. Esta dificuldade é ampliada em épocas de crise.

Assim como os aplicadores e investidores que esperam céticos para tomar posição de

portfólio, os economistas também esperam por informações mais consistentes, a fim de não caírem no equívoco (no curto prazo) considerado por Sherlock Holmes (em *A scandal in Bohemia* de Conan Doyle), quando afirmou ser “um erro capital teorizar antes de ter todos os dados. Insensivelmente, começa-se a distorcer os fatos para adaptá-los às teorias, em vez de fazer com que as teorias se adaptem aos fatos.” Já no longo prazo, a arrogância muita vezes predomina. Nós não podemos contar com a mesma sorte do ex-presidente da França, Georges Pompidou que, em um desfile, foi salvo de um tiro por ter levado um susto de um gato. Oportunamente, as ironias aos economistas não são recentes. O próprio Pompidou certa vez ironizou a classe: “Das várias maneiras de se atingir o desastre, o fogo é a mais rápida; as mulheres, a mais agradável; e consultar economistas, a mais segura.” Brincadeiras a parte, este momento é uma boa oportunidade para que os economistas (“Cientistas das Suposições”) façam um exercício introspectivo de humildade. Este aprendizado constante é o que faz da Economia uma Ciência controversa e, por isto, divertida! ☺

* Consultor em Gerenciamento e Avaliação de Projetos em E&P e Refino, Mestre em Economia pela UFF, Bacharel em Economia pela UFRJ, Certificado como *Project Management Professional* (PMP-PMI) e docente no curso de Pós-Graduação em Engenharia de Equipamentos Onshore e Offshore da FUNCEFET. Contato: rodgandra@gmail.com
O autor agradece a Adriana Sokolik Garrido.

Bibliografia

- BERNSTEIN, Peter. *Desafio aos Deuses: a Fascinante História do Risco*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 (21ª Edição).
GANDRA, Rodrigo Mendes; GARRIDO, e Adriana Sokolik. “Vivemos um ‘círculo virtuoso’?”. *Jornal dos Economistas*, n. 219. Rio de Janeiro: CORECON-RJ, Out/2007, p.3-5.
MARX, Karl. *O Capital - Crítica de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas, 1983).
NAKANO, Yoshiaki. “O pior ainda está por vir”. *Conjuntura Econômica*, vol. 63, n. 01. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 9-11.

8 de Março: Temos o que festejar?



■ Graciela Rodriguez*

No momento atual, quando até os analistas econômicos mais cuidadosos falam de uma das piores crises econômicas do último século, é preciso revisitar os últimos anos de neoliberalismo, para refletir sobre os impactos que eles trouxeram para as mulheres e sua inserção econômica, social e política.

Um dos elementos mais importantes para desvendar as razões da atual crise é justamente o processo de liberalização do comércio e dos investimentos, coluna fundamental da chamada globalização das últimas décadas. Os argumentos sobre a relação entre o crescimento baseado no uso intensivo da força de trabalho, a liberalização comercial e o desenvolvimento receberam novos olhares críticos. A liberalização comercial, que supostamente teria um impacto quase que automaticamente positivo sobre o crescimento, se revelou uma falsa premissa. Torna-se evidente que “não existem provas satisfatórias para concluir que a liberalização comercial tem *per se* um impacto positivo sobre o crescimento”¹ e que, como se previa, o comércio não se transformou no motor do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, nesse processo de liberalização crescente

do comércio internacional e dos investimentos, que aprofundou o modelo da divisão internacional do trabalho, é preciso reconhecer que as desigualdades de gênero tiveram um papel fundamental. A busca de mão de obra barata, que se intensificou paralelamente à flexibilização da legislação do trabalho, encontrou incentivo nas desigualdades, em particular as de gênero, para atrair os investimentos em muitos países e regiões. Deste modo, tornou-se evidente a funcionalidade das desigualdades de gênero para a produção globalizada.

Nesta data que deve homenagear muitos importantes avanços alcançados pelas mulheres, deve também nos fazer refletir sobre alguns elementos, que a partir da perspectiva da economia feminista, permitem mostrar as desigualdades entre homens e mulheres como parte estruturante das economias e em particular a maneira pela qual o papel subordinado das mulheres nas sociedades foi utilizado vantajosamente pelo modelo neoliberal globalizante.

Esta visão feminista da economia vem incorporando o gênero como uma categoria analítica, junto a outras categorias como classe e raça, na perspectiva de construir uma economia que tenha como princípio básico a satisfação das necessidades humanas.

Não obstante, apesar do avanço importante da economia feminista na construção de novas perspectivas de análises e conceitos, sua incidência na teoria econômica dominante ainda é muito pequena. O falso suposto de neutralidade de gênero nas políticas e análises macroeconômicas deve ser ainda analisado com maior aprofundamento. Contribuir com essa visualização nos permitiria ajudar a superar esta defasagem.

Durante o processo de construção do pensamento econômico em todas as suas vertentes, o conceito de gênero foi praticamente ignorado pelos economistas. Durante muitos anos nenhuma relação foi construída entre o papel “naturalizado” das mulheres e seu aporte às economias nacionais e à criação de riquezas.

A incorporação da categoria de gênero apareceu inicialmente ligada às análises da chegada das mulheres ao mercado de trabalho e à persistência das desigualdades nesse âmbito. Também as análises têm buscado abordar os aspectos da chamada “economia do cuidado”, de modo a incluir o trabalho doméstico não remunerado, por isso invisibilizado para a economia formal, como parte das atividades econômicas nacionais.

Levando em conta estas considerações, é possível fazer visíveis os impactos sobre as mulheres causados pelas políticas macroeconômicas e pela liberalização comercial dos diversos setores das economias nacionais (investimentos, serviços e agricultura). Assim, podemos concluir que os efeitos dessa liberalização do comércio e dos investimentos sobre o desenvolvimento e as desigualdades de gênero estão estreitamente relacionados. De fato, a falta de neutralidade de gênero dessas políticas é visível e podemos inferir o quanto elas causam impactos nas relações e brechas entre homens e mulheres em diversas realidades e territórios.

Assim, é possível pensar que o desenvolvimento das potencialidades das mulheres esteja fortemente comprometido por tais políticas, que afirmaram e até mesmo ampliaram as desigualdades de gênero.

Trata-se então, do ponto de vista feminista, não só da necessidade de influenciar as políticas macroeconômicas de comércio e de investimento, como também de dar novos rumos e ampliar as próprias políticas nacionais de igualdade de oportunidades e de atendimento às necessidades das mulheres para avançar no caminho da superação das brechas existentes. E isto inclusive como parte fundamental da construção da democracia, que permita a construção de sociedades inclusivas e justas. ☺



* A autora é Coordenadora do Instituto EQÛIT – Gênero, Economia e Cidadania Global, Coordenadora Global da IGTN - Rede Internacional de Gênero e Comércio e membro da Coordenação da REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Pueblos e da ASC - Aliança Social Continental.

¹ Rodrick, D. “Comments on ‘Trade, growth and poverty’ by Dollar and Kraay”, Harvard University, Mimeo .2000.

Orçamentos sensíveis a mulheres

No dia 8 de março comemorou-se o Dia Internacional da Mulher. Sendo assim, tal qual no ano passado, o FPO-RJ realizou um estudo sobre a parcela dos orçamentos do Estado e Município do Rio, bem como de Niterói, destinada diretamente a ações direcionadas às mulheres.

Como acontece nacionalmente, os entes federativos analisados pelo Fórum revelam também a desproporcionalidade entre o contingente feminino e os postos de tomada de decisão de temas públicos. No Município do Rio, por exemplo, apenas 23% da vereança e 18% do secretariado são ocupados por mulheres. Em Niterói, apesar de haver uma participação maior no secretariado (23%), não há nenhuma vereadora do sexo feminino na presente legislatura, e tampouco houve na passada.

A maioria das iniciativas analisadas não apresenta “identidade” própria no ciclo orçamentário. Ao serem implantadas por programas de trabalho gerais (guarda-chuvas), o governante não respeita o direito cidadão do controle social sobre os recursos públicos, impedindo inclusive o efetivo papel fiscalizador dos conselhos setoriais de políticas públicas das mulheres. O mesmo acontece com outras políticas afirmativas, como a dos negros, das crianças, dos adolescentes, dos idosos etc.

Em momento propício, o relatório do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres - UNIFEM¹ deste ano afirma que são necessários mecanismos muito mais eficazes de prestação de contas para mo-

nitorar os progressos de equidade de gênero e para que os compromissos nacionais – caso brasileiro – e internacionais em relação aos direitos das mulheres sejam de fato alcançados.

O Fórum agradece a presença de todos, sobretudo das feministas e conselheiras estaduais em seu seminário mensal. Acreditamos que a apresentação dos dados orçamentários sirva de instrumento na luta dos movimentos feministas e de mulheres.

Município do Rio de Janeiro

A análise das ações ligadas ao gênero no município carioca foi subdividida em três áreas: o Programa Rio Mulher, ações de saúde e emendas parlamentares.

As informações disponibilizadas quanto ao Rio Mulher informam que se trata de um programa de trabalho cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida das mulheres garantindo a equidade de gênero e interrompendo o ciclo de violência doméstica e intrafamiliar.

Através da ajuda da Vereadora Andréa Gouveia Vieira, que encaminhou um requerimento de informações ao Poder Executivo, foi possível saber que, desde 2004, este Programa abriga campanhas, fóruns, conferências, publicações, capacitações, ouvidoria e representação internacional. Apesar disso, ainda não se sabe por qual unidade orçamentária o Poder Executivo vem gerindo a Casa Abrigo Haydée Pizarro que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica – ação que vem sendo promovida como a principal atividade do Programa.

A falta de publicização de dados complementares do Programa vem dificultando o acompanhamento da execução orçamentária, impossibilitando a verificação da destinação exata dos recursos utilizados desde 2002 no Rio Mulher. Mesmo assim, pode-se afirmar que a ação como um todo vem apresentando baixo percentual de execução, como pode ser observado no Gráfico 1.

Os recursos previstos em

2003 foram de aproximadamente um décimo daqueles previstos no ano anterior, não voltando em nenhum ano subsequente ao mesmo patamar.

Em 2008, a dotação orçamentária autorizada para gasto foi de R\$ 860 mil, tendo sido cancelados cerca R\$ 610 mil. Deste cancelamento, 24% foram remanejados para a construção da Cidade da Música, sendo o resto redirecionado a atividades gerais de Assistência Social.

Na área de Saúde, foram identificados os gastos com maternidades municipais, além do Programa “Ações de Atenção Integral aos Ciclos de Vida e Gênero”.

Deve ser ressaltado que o acompanhamento das maternidades só abrange aquelas representadas por unidades orçamentárias específicas que atendem gestantes, e não as que integram hospitais gerais. Isto porque não é possível discriminar quanto, dentre os recursos recebidos pelos hospitais, vai para suas maternidades. Além disso, somente são ana-

Gráfico 1

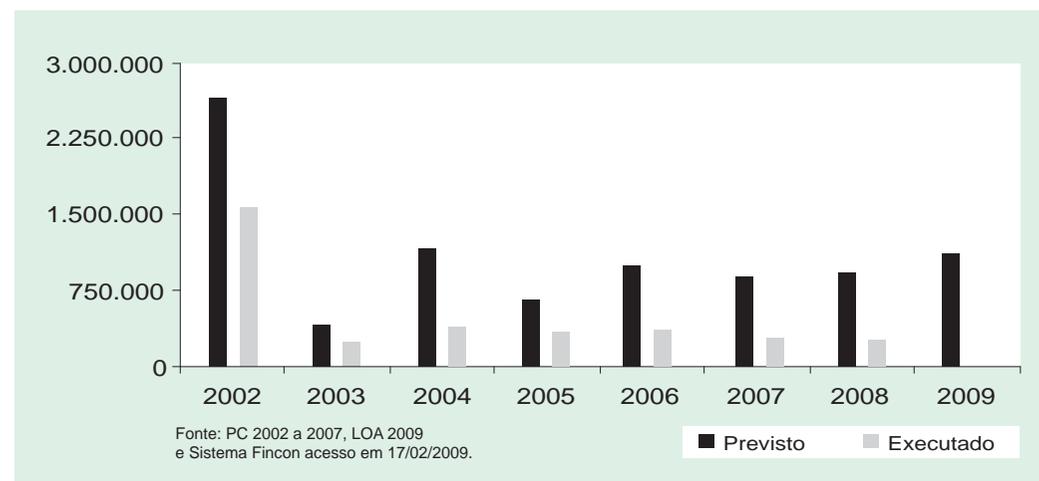


Tabela 1

| Natureza da Despesa | 2008 | | 2009 | |
|--|-----------|-----------|------------|-----------|
| | Previsto | Executado | % Execução | Previsto |
| Material de Consumo | 0 | 19.366 | | 100.000 |
| Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica | 2.292.715 | 399.373 | 17,42% | 2.608.638 |
| Obras e Instalações | 51.371 | 0 | 0,00% | |
| Equipamentos e Material Permanente | 360.568 | 50.119 | 13,90% | 65.000 |
| Outros Serv de Terceiros - Pessoa Física | | | | 100.000 |
| Total | 2.704.654 | 468.858 | 17,34% | 2.873.638 |

lisados os dispêndios com manutenção e despesa de pessoal. Investimentos não estão inclusos, uma vez que a prefeitura tem por prática executar os investimentos referentes à Saúde através de um único programa de trabalho, impossibilitando a discriminação por unidade orçamentária.

No caso das maternidades, observamos, com satisfação, que o realizado se aproxima do orçado, mostrando-se crescente ao longo dos exercícios, chegando próximo aos R\$ 80 milhões previstos para 2009.

Em contrapartida, o Programa “Ações de Atenção Integral aos Ciclos de Vida e Gênero”, que abrange dentre outros a distribuição de contraceptivos às mulheres, tem apresentado uma queda contínua na previsão de gastos. Contudo, a execução destas despesas apresentou em 2008 o maior valor executado nos últimos quatro anos (R\$ 1,5 milhão).

Quanto às emendas legislativas (disponibilizadas em nossa página virtual) que têm integrado os orçamentos, pode-se afirmar que desde 2006 foram aprovadas quinze emendas parlamentares que pretendiam atender diretamente as mulheres cariocas. Os projetos vão desde a criação do Conselho de Direi-

tos da Mulher a campanhas de planejamento familiar. No entanto, como vem sendo praxe no município, todas as emendas dos vereadores foram canceladas (através de remanejamentos) ou simplesmente não executadas durante o exercício fiscal.

Município de Niterói

Para o município de Niterói, as ações foram subdivididas em: Programa “Atenção à Mulher” e ações de combate à violência. Ambas as iniciativas carecem de disponibilização dos dados que deveriam por lei ser públicos, fato que dificultou sobremaneira a abordagem da política.

O primeiro objetiva implantar as ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres com ênfase na facilitação do acesso ao Poder Judiciário nas resoluções de violência doméstica e intrafamiliar. Ele teve na soma dos valores previstos (nas PLOAs²) para os anos de 2006 a 2009 apenas 17% da dotação apontada no PPA² para o mesmo período.

De todas as ações desse Programa, a única que possui liquidação disponibilizada é a de “Reativação do Conselho Municipal da Mulher”, e esta somente para o ano de 2006, no qual dos R\$ 2 mil previstos foram execu-

tados R\$ 3,7 mil.

Apesar de soar repetitivo, a verificação incorreu em uma limitação: a não-discriminação das liquidações na Prestação de Contas dos valores previstos nas PLOAs, que impossibilita o acompanhamento do ciclo orçamentário, uma vez que os dados não são publicados.

Mais uma vez, como vimos recursivamente alegando, a falta de dados e clareza do processo orçamentário niteroiense impede que qualquer cidadão possa acompanhar as decisões políticas da realização de gastos efetivadas pela Prefeitura. A Câmara Municipal sofre a mesma limitação, pois até a presente data os vereadores não dispõem de um sistema de acompanhamento da execução orçamentária.

Estado do Rio de Janeiro

A despeito da maioria da população estadual ser composta por mulheres, ao focalizarmos as políticas públicas específicas sob a ótica do orçamento público, evidenciamos certa fragmentação das ações.

A premissa da análise é feita a partir do PPA - 2008 a 2011. Nele encontramos o Programa “Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher” com previsão or-

çamentária de R\$ 10,7 milhões, cujo objetivo é “Implementar as políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência e discriminação de qualquer espécie contra a mulher e promover o conhecimento e a observância dos seus direitos”.

Em 2008, a única atividade vinculada ao programa supracitado que apresentou execução foi a “Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher” (tabela 1).

Mesmo com apenas 17,34% do previsto liquidado em 2008, para 2009 a dotação é ligeiramente superior em 6%.

Além das ações do Poder Executivo, encontramos através das emendas legislativas três programas de trabalho relacionados de forma direta à mulher. Contudo, tais emendas demonstraram-se inócuas. Todas foram canceladas no decorrer do ano de 2008.

- Apoio às Creches (2008)
- Valores Previstos: R\$10 mil
- Operacionalização do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) Baixada (2008)
- Valores Previstos: R\$100 mil
- Operacionalização do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) Marcia Lyra (2008)

Valores Previstos: R\$47,7 mil

O Estado do Rio de Janeiro padece de informações concretas sobre políticas públicas para as mulheres. Além disso, as informações que podem ser identificadas pelas peças orçamentárias possuem uma execução de muito baixo valor. 

1 “Progresso das Mulheres do Mundo 2008/2009”.

2 Projeto de Lei Orçamentária Anual.

3 Plano Plurianual.

Rogério Lessa recebe Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico

■ O jornalista Rogério Lessa, do jornal Monitor Mercantil, obteve o primeiro lugar no V Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico – 2008 com a matéria intitulada “A herança maldita do modelo neoliberal”, publicada em 27 de dezembro de 2008. O segundo lugar ficou com os jornalistas Luciana Rodrigues e Agnaldo Novo de O Globo, autores da matéria “Montadoras mais dependentes dos mercados emergente – Setor deve investir mais de R\$20 Bi no país – A volta por cima”, publicada em 12 de maio de 2008. O tema do concurso foi “A desnacionalização

do parque produtivo: quem comanda as empresas brasileiras?”

A entrega do Prêmio acontece no auditório do Corecon/RJ (Av. Rio Branco, 109/19º andar, Centro/RJ) em 26 de março (quinta-feira), às 18h30. Após a premiação, os economistas Reinaldo Gonçalves (professor titular do Instituto de Economia da UFRJ) e Armando Castelar (analista da Gávea Investimentos e professor do Instituto de Economia da UFRJ) fazem um debate público sobre o tema “A evolução da crise econômica e seus efeitos em ambiente de parque produtivo desnacionalizado”.

Secretaria de Cursos

Criada em 2004, a Secretaria de Cursos do Corecon-RJ já realizou 73 cursos, atendendo a 1.277 alunos, como se vê abaixo:

| Ano | Cursos | alunos |
|-------------------|--------|--------|
| 2004 | 6 | 141 |
| 2005 | 17 | 306 |
| 2006 | 14 | 173 |
| 2007 | 14 | 235 |
| 2008 | 17 | 301 |
| até março de 2009 | 5 | 121 |
| Total | 73 | 1.277 |

Visite a página do Conselho (www.economistas.org.br) e deixe no link “cursos” seu e-mail para receber nossa agenda. Responda também a pergunta “que curso faria no Corecon-RJ se for oferecido?”

Encontro dos Coordenadores dos Cursos de Economia

O Corecon-RJ promove em 24 de abril o Encontro dos Coordenadores dos Cursos de Economia do Estado do Rio de Janeiro. Nesta reunião, que contará com a participação do presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), serão abordados temas de relevância para os coordenadores de curso de graduação em Economia, como a implantação das Diretrizes Curriculares, os projetos pedagógicos dos cursos e as grades curriculares, as atividades complementares, os trabalhos de conclusão de curso, o Enade e as avaliações do curso pelo Mec.

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (EM R\$)

| REFERÊNCIAS | JAN A DEZ/07 | JAN A DEZ/08 | REFERÊNCIAS | JAN A DEZ/07 | JAN A DEZ/08 |
|-------------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| ATIVO FINANCEIRO | 1.627.632,96 | 2.621.080,53 | PASSIVO FINANCEIRO | 4.588,72 | 58.715,28 |
| DISPONÍVEL | 75.045,82 | 90.380,53 | DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS | - | - |
| DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA | 1.514.166,68 | 2.443.596,76 | CONSIGNAÇÕES | 127,24 | - |
| REALIZÁVEL | 8.204,40 | 49.702,70 | CREDORES DA ENTIDADE | 1.014,95 | - |
| RESULTADO PENDENTE | 30.216,06 | 37.400,54 | ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS | 3.446,53 | 58.715,28 |
| ATIVO PERMANENTE | 7.278.169,50 | 15.872.674,64 | RESULTADO PENDENTE | 400,00 | 400,00 |
| BENS PATRIMONIAIS | 1.380.149,60 | 1.473.386,82 | DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR | 400,00 | 400,00 |
| VALORES | 1.117,64 | 1.117,64 | PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO) | 8.900.813,74 | 18.434.639,89 |
| CRÉDITOS | 5.896.902,26 | 14.398.170,18 | | | |
| TOTAL GERAL | 8.905.802,46 | 18.493.755,17 | TOTAL GERAL | 8.905.802,46 | 18.493.755,17 |

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

| REFERÊNCIAS | PERÍODOS EM REAIS | | REFERÊNCIAS | VARIAÇÕES | |
|--|---------------------|---------------------|--|--------------------|-------------|
| | JAN A DEZ/07 | JAN A DEZ/08 | | (EM R\$) | (EM %) |
| RECEITAS | | | RECEITAS | | |
| ANUIDADES | 3.105.250,35 | 3.141.081,56 | ANUIDADES | 35.831,21 | 1,2 |
| PATRIMONIAL | 133.953,52 | 214.527,26 | PATRIMONIAL | 80.573,74 | 60,2 |
| SERVIÇOS | 64.360,63 | 72.619,89 | SERVIÇOS | 8.259,26 | 12,8 |
| MULTAS E JUROS DE MORA | - | - | MULTAS E JUROS DE MORA | - | - |
| DÍVIDA ATIVA | 626.566,77 | 681.143,10 | DÍVIDA ATIVA | 54.576,33 | 8,7 |
| DIVERSAS | 299.845,78 | 441.138,12 | DIVERSAS | 141.292,34 | 47,1 |
| TOTAL GERAL | 4.229.977,05 | 4.550.509,93 | TOTAL GERAL | 320.532,88 | 7,6 |
| DESPESAS | | | DESPESAS | | |
| DE CUSTEIO | 2.693.614,18 | 2.676.327,03 | DE CUSTEIO | (17.287,15) | -0,6 |
| PESSOAL | 1.247.804,70 | 1.336.670,73 | PESSOAL | 88.866,03 | 7,1 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 48.688,34 | 56.249,38 | MATERIAL DE CONSUMO | 7.561,04 | 15,5 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS | 1.397.121,14 | 1.283.406,92 | SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS | (113.714,22) | -8,1 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 791.331,62 | 820.217,14 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 28.885,52 | 3,7 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 149.774,88 | 114.644,75 | DESPESAS DE CAPITAL | (35.130,13) | -23,5 |
| TOTAL GERAL | 3.634.720,68 | 3.611.188,92 | TOTAL GERAL | (23.531,76) | -0,6 |
| RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS | 595.256,37 | 939.321,01 | RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS | 344.064,64 | 57,8 |